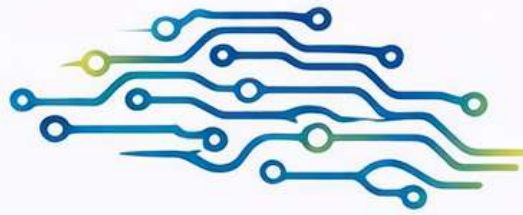




JUSTIÇA 4.0

ANEXO III - GUIA FAQ



JANUS

— SISTEMA WEB —

AUTOMAÇÃO PROCESSUAL E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Este quadro registra as principais versões do documento, com indicação de data, descrição sucinta das mudanças realizadas e responsável, permitindo o acompanhamento da evolução do manual ao longo do tempo.

Versão	Data (dd/mm/aaa a)	Descrição sucinta das alterações	Responsável	Aprovação (instân- cia/data)
v1.0	08/03/2026	Publicação da versão 1.0 do Manual do Usuário do JANUS Web (primeira versão institucional).	_____	_____

Anexo III - Guia FAQ

Perguntas Frequentes (FAQ) do Sistema Janus

Introdução

Bem-vindo ao guia de Perguntas Frequentes do Sistema Janus. Aqui você encontrará respostas para as dúvidas mais comuns sobre o uso da solução.

O Janus é uma solução de automação processual e inteligência artificial desenvolvida pelo Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA) para apoiar a tramitação de processos no PJe, automatizando tarefas repetitivas e padronizadas e auxiliando magistrados e servidores na condução do fluxo processual.

Caso não encontre a resposta que procura, entre em contato com nosso suporte técnico por meio do e-mail janus@tre-ba.jus.br.

Sumário

1. Sobre	6
1.1. O que é?	6
1.2. Quem pode acessar?	6
1.3. Por quem foi criado?	6
2. Primeiros Passos.....	7
2.1. Como faço para acessar o sistema?	7
2.2. Esqueci minha senha. O que devo fazer?.....	7
2.3. Quais navegadores são compatíveis com o sistema?	7
3. Funcionalidades Básicas	8
3.1. Como executar uma rotina no sistema?	8
3.2. O que significa uma “rotina Janus”?	8
3.3. Como acompanhar a execução das automações?	9
4. Solução de Problemas	9
4.1. A rotina não foi executada no processo. O que fazer?	9
4.2. A minuta gerada não corresponde ao esperado. O que fazer?	10
4.3. O sistema apresentou erro ou falha técnica. Como proceder?	10
5. Segurança e Privacidade	11
5.1. Como os dados processuais são protegidos?.....	11
5.2. O sistema está em conformidade com a LGPD?	11
5.3. A inteligência artificial do sistema toma decisões judiciais?	11
5.4. Quem é responsável pela validação dos atos produzidos?	11
5.5. O sistema armazena dados pessoais dos usuários?.....	12

6. Atualizações e Manutenção	12
6.1. Com que frequência o sistema é atualizado?	12
6.2. Como serei informado sobre novas funcionalidades?.....	12
6.3. O sistema pode ficar indisponível para manutenção?.....	13
7. Acesso, cadastro e relatórios	13
7.1. Como gerar um relatório de rotinas executadas ou processos executados?	13
7.2. Como saber o significado termos específico e siglas do JANUS?.....	13
7.3. Posso excluir minha conta?.....	13
7.4. Como altero meus dados cadastrais?	14
7.5. Como posso alterar minhas configurações de privacidade?	14
7.6. O sistema está lento, o que posso fazer?.....	15
7.7. Não consigo visualizar algum elemento na interface do JANUS. O que pode estar acontecendo?.....	15
8. Serviços e sistemas integrados.....	15

1. Sobre

1.1. O que é?

O Janus é um sistema de automação processual e inteligência artificial desenvolvido pelo TRE-BA para apoiar a tramitação de processos no PJe. Ele automatiza atividades repetitivas do fluxo processual, como geração de documentos, movimentações processuais e execução de rotinas padronizadas.

O objetivo é aumentar a eficiência e a produtividade das unidades judiciárias, mantendo sempre a supervisão humana.

1.2. Quem pode acessar?

O acesso ao sistema é restrito aos servidores da Justiça Eleitoral, devidamente autorizados e com perfil habilitado no sistema.

Dependendo do perfil, o usuário poderá:

- Executar rotinas em processos
- Monitorar automações
- Configurar ou administrar rotinas

1.3. Por quem foi criado?

O Sistema Janus foi desenvolvido pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI) do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), em colaboração com as áreas jurisdicionais da Justiça Eleitoral.

O sistema foi instituído por Portaria do TRE-BA como ferramenta de apoio à atividade jurisdicional.

2. Primeiros Passos

2.1. Como faço para acessar o sistema?

O acesso ao Janus ocorre por meio da Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ) ou ambiente institucional equivalente.

Para acessar:

1. Entre na Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ);
2. Selecione o Sistema Janus;
3. Realize a autenticação com suas credenciais institucionais;
4. Aguarde o carregamento da interface do sistema.

2.2. Esqueci minha senha. O que devo fazer?

O Janus utiliza credenciais institucionais da Justiça Eleitoral na PDPJ. Caso tenha esquecido sua senha:

1. Utilize o procedimento padrão de recuperação de senha institucional.
2. Caso o problema persista, entre em contato com o suporte de TI do TRE-BA por meio do e-mail janus@tre-ba.jus.br.

2.3. Quais navegadores são compatíveis com o sistema?

Recomenda-se utilizar navegadores atualizados, preferencialmente:

- Google Chrome
- Mozilla Firefox
- Microsoft Edge

O uso de navegadores desatualizados pode comprometer o funcionamento adequado do sistema.

3. Funcionalidades Básicas

3.1. Como executar uma rotina no sistema?

Para executar uma rotina no Janus:

1. Selecione o grau de jurisdição;
2. Escolha a classe processual;
3. Selecione a rotina desejada;
4. Defina a zona eleitoral ou unidade;
5. Selecione os processos;
6. Clique em Iniciar execução.

O sistema então executará automaticamente as etapas previstas para os processos selecionados.

3.2. O que significa uma “rotina Janus”?

Uma rotina é um conjunto de tarefas automatizadas executadas pelo sistema em processos judiciais.

Exemplos de rotinas incluem:

- elaboração de editais;
- emissão de certidões;
- geração de minutas de sentença;
- abertura de vista ao Ministério Público;
- lançamento de movimentações processuais;
- certificação de trânsito em julgado.

3.3. Como acompanhar a execução das automações?

A execução das rotinas pode ser acompanhada pelo próprio sistema, por meio de:

- status da execução
- registros de automação
- movimentações no processo no PJe

Também podem ser utilizadas etiquetas Janus para identificar as etapas automatizadas.

4. Solução de Problemas

4.1. A rotina não foi executada no processo. O que fazer?

Isso pode ocorrer quando:

- o processo não atende aos critérios da rotina;
- o processo não está na tarefa processual esperada;
- há ausência de documentos ou peças necessárias;
- o usuário não possui perfil de execução adequado.

Verifique as condições do processo e tente executar novamente. Caso o problema persista, contate o suporte técnico.

4.2. A minuta gerada não corresponde ao esperado. O que fazer?

As minutas são geradas automaticamente com base em modelos e dados do processo.

Caso haja divergência:

1. revise as informações do processo;
2. ajuste o documento manualmente, se necessário;
3. comunique a equipe técnica para avaliação do modelo utilizado.

4.3. O sistema apresentou erro ou falha técnica. Como proceder?

Em caso de erro:

1. registre captura de tela da mensagem apresentada
2. anote data, horário e número do processo;
3. encaminhe as informações ao suporte técnico.

Isso permitirá a análise e correção do problema.

5. Segurança e Privacidade

5.1. Como os dados processuais são protegidos?

O sistema utiliza infraestrutura tecnológica institucional, com controle de acesso baseado em perfis e autenticação institucional. Somente usuários autorizados podem executar automações.

5.2. O sistema está em conformidade com a LGPD?

Sim. O sistema observa as diretrizes da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e as normas aplicáveis ao Poder Judiciário.

5.3. A inteligência artificial do sistema toma decisões judiciais?

Não. A inteligência artificial do sistema não decide nem julga processos. Ela apenas auxilia na automação de tarefas e na geração de documentos.

A decisão final permanece sempre sob responsabilidade do magistrado ou servidor responsável.

5.4. Quem é responsável pela validação dos atos produzidos?

Os atos produzidos automaticamente pelo sistema devem ser conferidos e validados pelos servidores e magistrados das unidades judiciárias e pelos usuários responsáveis, conforme os procedimentos jurisdicionais aplicáveis.

5.5. O sistema armazena dados pessoais dos usuários?

O sistema utiliza apenas os dados necessários para identificação e controle de acesso institucional, não realizando tratamento adicional de dados pessoais além do necessário para sua operação.

6. Atualizações e Manutenção

6.1. Com que frequência o sistema é atualizado?

O sistema recebe atualizações periódicas, que podem incluir:

- melhorias de desempenho
- novas rotinas automatizadas
- ajustes técnicos
- novas funcionalidades

6.2. Como serei informado sobre novas funcionalidades?

As atualizações podem ser comunicadas por meio de:

- comunicados institucionais;
- informativos da Secretaria de TI;
- atualizações no portal interno do TRE-BA.

6.3. O sistema pode ficar indisponível para manutenção?

Sim. Eventualmente o sistema pode ficar indisponível para manutenções programadas ou emergenciais, visando garantir segurança, estabilidade e melhorias na plataforma.

Sempre que possível, essas manutenções são comunicadas previamente aos usuários.

7. Acesso, cadastro e relatórios

7.1. Como gerar um relatório de rotinas executadas ou processos executados?

A versão atual não dispõe de módulo de relatórios, o qual será incluído em uma versão futura, mas os dados das rotinas e processos executados poderá ser conferida nos logs do sistema.

7.2. Como saber o significado termos específico e siglas do JANUS?

Para saber o significado de termos específicos ou siglas utilizadas pelo JANUS, consulte a lista de siglas e abreviações o glossário no manual do usuário.

7.3. Posso excluir minha conta?

O acesso ao Sistema Janus é realizado por meio da PDPJ – Plataforma Digital do Poder Judiciário, utilizando as mesmas credenciais institucionais vinculadas ao perfil do usuário no Processo Judicial Eletrônico (PJe).

O sistema reconhece automaticamente as permissões associadas ao perfil do servidor no PJe, respeitando as regras de acesso e competência da unidade jurisdicional.

Portanto, não existe uma conta específica para acessar o JANUS.

7.4. Como altero meus dados cadastrais?

O acesso ao Sistema Janus é realizado por meio da PDPJ – Plataforma Digital do Poder Judiciário, utilizando as mesmas credenciais institucionais vinculadas ao perfil do usuário no Processo Judicial Eletrônico (PJe).

O sistema reconhece automaticamente as permissões associadas ao perfil do servidor no PJe, respeitando as regras de acesso e competência da unidade jurisdicional.

Portanto, alterações de dados cadastrais devem ser realizadas por meio a PDPJ – Plataforma Digital do Poder Judiciário.

7.5. Como posso alterar minhas configurações de privacidade?

O acesso ao Sistema Janus é realizado por meio da PDPJ – Plataforma Digital do Poder Judiciário, utilizando as mesmas credenciais institucionais vinculadas ao perfil do usuário no Processo Judicial Eletrônico (PJe).

O sistema reconhece automaticamente as permissões associadas ao perfil do servidor no PJe, respeitando as regras de acesso e competência da unidade jurisdicional.

Portanto, alterações de configurações de privacidade devem ser realizadas por meio a PDPJ – Plataforma Digital do Poder Judiciário.

7.6. O sistema está lento, o que posso fazer?

Alguns fatores podem tornar a operação do JANUS lenta. Os principais estão relacionados à disponibilidade do PJE. Assim consulte o TSE acerca de problemas no PJE. Caso não haja problemas no PJE acione a equipe de suporte do JANUS através do e-mail janus@tre-ba.jus.br.

7.7. Não consigo visualizar algum elemento na interface do JANUS. O que pode estar acontecendo?

É possível que você não tenha permissão de acesso. Verifique se o seu perfil no PJe está devidamente habilitado para a respectiva zona eleitoral ou unidade jurisdicional. Verifique também as configurações do SCA – Sistema de Controle de Acesso do CNJ. Se mesmo assim o problema persistir, acione a equipe de suporte do JANUS através do e-mail janus@tre-ba.jus.br.

8. Serviços e sistemas integrados

O Sistema Janus pode integrar-se a diferentes soluções do ecossistema da Justiça Eleitoral, incluindo:

- PJe (Processo Judicial Eletrônico);
- PDPJ – Plataforma Digital do Poder Judiciário;
- Sinapses (CNJ) – plataforma de modelos de inteligência artificial
- CODEX (CNJ);
- Sistemas institucionais da Justiça Eleitoral utilizados na tramitação processual.